

**A Sociologia do  
Trabalho Industrial no Brasil:  
Desafios e Interpretações\***

*Nadya Araujo Castro  
Marcia de Paula Leite*

**Os Parâmetros de Constituição  
do Campo de Estudos sobre o  
Trabalho Industrial no Brasil**

Dois desafios principais sentaram as bases da moderna Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil, um de natureza histórica e outro de natureza institucional. O primeiro deles remeteu a intelectualidade brasileira dos anos 60 para a necessidade de explicar a emergência, contemporânea a esses pensadores, de um novo operariado. Autóctone, ele era fruto de um processo de industrialização acelerada que se intensificara a partir da segunda metade dos anos 50, num contexto político onde o forte apelo populista interpelava as chamadas "massas urbanas", incorporando-as como elementos-chaves de um discurso de Estado. O desafio radicava em entender a natureza e as atitudes deste proletariado industrial, vale dizer, sua constituição *como um grupo social peculiar* no interior das relações sociais e das novas formas de sociabilidade emergentes nas grandes metrópoles brasileiras, notadamente São Paulo.

Uma importante linha de reflexão esboçou-se, então, estabelecendo os parâmetros do campo da futura Sociologia do Trabalho no Brasil. Duas vertentes principais nela se incluíam. De um lado, havia os estudos que

buscavam investigar as atitudes políticas e profissionais dos trabalhadores em sua relação com os sindicatos; para seus autores, as origens culturais e regionais da classe operária proviam a explicação primeira para as suas formas de expressão no Brasil (Cardoso, 1962; Lopes, 1965; Pereira, L., 1965; Rodrigues, L., 1970). De outro lado, estavam aqueles que indagavam sobre a vinculação estrutural existente entre sindicalismo populista e Estado, avaliando o que significara a tutela estatal para o desempenho dos sindicatos em seu papel de formadores da consciência operária (Rodrigues, L., 1966; Rodrigues, J., 1968; Simão, 1966).

A reflexão adquiria rigor acadêmico e um estilo disciplinar, tanto no desenho metodológico dos estudos, quanto nas fontes teóricas que inspiravam as interpretações. Estabelecia-se, assim, um ponto de não-retorno com relação à tradição anterior, marcada pelas análises de cunho político-ideológico ou político-programático, voltadas para a avaliação do desempenho histórico (ou conjuntural) dos partidos operários, que se supunha fossem os portadores privilegiados da consciência de classe do proletariado brasileiro (Telles, J., 1962; Linhares, 1962; Dias, 1962).

Aqueles estudos pioneiros colocaram

\* Este texto é uma versão revista da comunicação A Crise do Brasil Moderno: Sociedade Industrial e Sociologia do Trabalho, preparada para a mesa plenária La Sociología del Trabajo en America Latina, Primer Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Ciudad de Mexico, novembro de 1993. Uma versão resumida deste artigo será publicada na *Revista de Economia e Sociología del Trabajo*, organizada pelo Ministério del Trabajo y Seguridad Social de Espanha.

três questões fundamentais ao entendimento do sindicalismo e das relações industriais no Brasil, que são relevantes ainda hoje (Viana, 1978; Guimarães e Castro, 1987): (a) como as propostas de emancipação da classe trabalhadora, formuladas ao nível dos partidos, encontraram expressão na política sindical?; (b) quais os efeitos da estrutura sindical para a luta emancipatória dos trabalhadores?; e (c) como a formação cultural desses trabalhadores e a sua situação no mercado de trabalho limitaram as possibilidades de emergência de um movimento sindical forte e autônomo?

O segundo desafio dos anos 60 decorria da necessidade de institucionalizar um modo de pensamento; vale dizer, de consolidar institucionalmente e legitimar socialmente um domínio *disciplinar* para a Ciência Social.

A Sociologia tentou sair na dianteira desse processo de institucionalização da Ciência Social no Brasil, buscando tornar hegemônico o seu discurso analítico. Para tanto, suas categorias de análise deviam ser capazes de desvendar o que emergia na nova ordem competitiva, impregnando a sociedade brasileira e constituindo-a como nação. Quem eram os seus trabalhadores, de onde provinham e o que aspiravam? Como fora talhado o seu empresariado industrial, e quais as concepções sobre o desenvolvimento econômico que agenciava? Quais os correlatos culturais do processo de industrialização: que pautas valorativas passavam a compor a vida urbana e como essa nova ordem social convivia com os valores de um Brasil arcaico, que se afigurava em crise? A Sociologia ousava correr o risco de formular uma teoria da sociedade brasileira. Nesse pioneirismo, os estudos sobre o trabalho industrial desempenharam um papel decisivo.

É especialmente curioso que essa institucionalização tenha feito da cátedra de Sociologia — e dos primeiros sociólogos que ao redor dela se formaram — um *locus* fértil para reflexões transdisciplinares, onde era marcante o olhar sócio-antropológico. Este olhar fecundou, por exemplo, os estudos pioneiros sobre as novas relações sociais na

transição da ordem escravocrata para a competitiva, em particular no que concerne à análise das relações e desigualdades raciais no Brasil (Bastide e Fernandes, 1959; Cardoso e Ianni, 1960; Fernandes, 1965).

Isto é tanto mais significativo quando nos damos conta de que, nos anos 60, faltava-nos uma sócio-antropologia do trabalho, que só se constituiria no Brasil bem mais recentemente. Mais ainda: carecíamos, então, até mesmo de uma história social do trabalho; quando menos como disciplina institucionalizada. Em seu lugar vicejava a chamada “história das lutas operárias”, tal como vistas por seus dirigentes em textos de apoio ao embate político-ideológico, ou tal como refletidas no esforço memorialista de algumas importantes lideranças comunistas. Finalmente, fazia falta também uma Sociologia das Organizações, que pensasse a empresa industrial (ou mesmo o sindicato) enquanto organização complexa e, nesse sentido, criasse um outro espaço de emulação disciplinar com o pensamento sociológico.

Nessas condições, a moderna Sociologia do Trabalho Industrial nasceu, no Brasil, fortemente tributária da herança de alguns pioneiros que aceitaram o desafio de explicar as condições de emergência, as atitudes políticas e a ação sindical dos contingentes operários que se formavam no processo de industrialização substitutiva. Ao lado deles, já no final dos anos 70, um outro autor, Francisco Weffort, gerou interpretações decisivas, que fizeram a transição para os estudos que emergiriam nos anos 80.

Essa transição consistiu no esforço de formular uma teoria política da ação de classe do operariado brasileiro, centrada em dois aspectos principais: de um lado, o da relação entre classe operária e Estado; de outro, o da possibilidade de uma ação hegemônica de classe, vale dizer, da sua capacidade de representação de interesses — seja no sentido da formação de uma vontade corporativa na relação base/direção sindical, seja no sentido da capacidade de construção de um discurso universalista e socialmente inclusivo.

Weffort (1972, 1978 e 1979) antecipou

o curso que tomaria a reflexão sobre o operariado industrial no Brasil a partir da conjuntura das greves do ABC em 1978-79. Tratava-se, agora, de entender não apenas a construção social e subjetiva de um novo grupo social, *mas de explicar a sua emergência na cena política como ator de relevo*. Inaugurando o passado, este autor sentou as bases analíticas para futuras discussões sobre os interesses e as formas de representação e de negociação postas sobre a mesa pelo que viria a ser chamado de “novo sindicalismo”.

### **O “Novo Sindicalismo” e a Nova Sociologia do Trabalho Industrial**

A inflexão teórica que se verificou na Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil no final dos anos 70 foi caudatária de um duplo processo. De um lado, o ressurgimento do movimento sindical e operário em 1978, após quase dez anos de ausência da cena pública. De outro lado, as reorientações teóricas ocorridas na Sociologia do Trabalho ao nível internacional, concentrando a observação nas práticas sociais dos atores, privilegiando o âmbito dos cotidianos fabris e neles valorizando o processo de construção subjetiva das experiências individuais e coletivas.

Os estudos sobre partidos e sindicatos, bem como as reflexões convencionais sobre a formação do proletariado foram, então, eclipsados por um outro estilo de análise, os chamados “estudos dos processos de trabalho”. Através deles buscava-se revelar, ao modo como era conceituada à época, a “maneira pela qual o capital organiza o consumo produtivo da força de trabalho” (Sorj, 1983, p. 3) e as formas políticas de resistência cotidianamente desenvolvidas pelos trabalhadores no curso da atividade produtiva.

A dinâmica da própria pesquisa empírica encarregou-se de alargar progressivamente o interesse para novos temas, até então pouco explorados — como o das estratégias empresariais de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra, da segmentação do mercado de trabalho, da divisão sexual e social do trabalho, dos efeitos da tecnologia sobre o trabalho, da qualificação e desquali-

ficção da força de trabalho diante da modernização tecnológica, das formas de resistência operária às estratégias empresariais de dominação e controle sobre o trabalho. Neste processo, também o estudo das greves e conflitos sociais mudou seu foco de atenção: o olhar sobre o desempenho e as orientações das lideranças sindicais, tão presente nos anos 60 e 70, cedeu lugar à necessidade de elucidar a relação entre as reivindicações dos trabalhadores e o processo de trabalho, deslocando-se a atenção para as práticas sociais que emergiam dos chãos-de-fábrica.

A ampliação do escopo de análise significou, também, o desafio de integrar a contribuição de outras áreas do conhecimento já desde antes familiarizadas com o estudo dos cotidianos de trabalho (como a engenharia de produção, a administração de empresas, a ergonomia, a psicologia e a psico-patologia do trabalho). Conforme sublinhava Abreu em 1985, “a clara percepção por parte dos cientistas sociais [...] da necessidade de equacionar o problema a partir de uma perspectiva multidisciplinar, movimento replicado por alguns profissionais das outras áreas mencionadas, leva a um desafio que vem sendo, de uma maneira ou de outra, enfrentado seriamente, embora com resultados ainda não totalmente satisfatórios” (Abreu, 1985, p. 3).

Esse novo veio interpretativo teve como uma de suas marcas mais importantes a crítica à visão da classe trabalhadora como um ser passivo e destituído de consciência (Pereira, V., 1979; Fischer, 1985). Ao dirigirem seu olhar para o que acontecia nos chãos-de-fábrica, esses estudos revelaram coletivos de trabalhadores múltiplos e heterogêneos, que desenvolviam complexas estratégias de resistência à dominação. Como bem o expressaram Sader e Paoli (1986, p. 60), “os pesquisadores das ciências sociais dos anos 80 se viram diante de um momento político marcado por movimentos vários de luta contra opressões diversas [...], cuja promessa tirava de cena os atributos de ‘alienação’ e heteronomia tradicionalmente atribuídos aos trabalhadores”. Na realidade, para Sader e Paoli, os movimentos emergentes tinham “o efeito

de consagrar novas interpretações e imagens que vinham sendo produzidas” que manifestavam a “percepção de uma não coincidência entre representações vigentes e experiências sociais da realidade”.

Ao sintonizarem-se analiticamente com os registros políticos e dimensões da subjetividade dos agentes que transpareciam no discurso do “novo sindicalismo”, os autores encaravam o desafio de construir uma verdadeira interpretação sociológica da relação social no trabalho, recuperando-lhe o significado nas variadas situações sociais em que ela se constrói e para os múltiplos sujeitos que a tecem (Lobo, 1991).

Não sem razão, a experiência interpretativa de ramos correlatos no campo das Ciências Sociais aguçou a acuidade dos sociólogos do trabalho para as relações entre vida fabril e vida extra-fabril. Valorizaram-se os nexos entre práticas e representações sociais construídas em outros âmbitos institucionais (como a família, a unidade doméstica, a escola, o bairro etc.) e sua expressão no interior do espaço da produção, onde adquiriam vigência, naturalizando-se.

Os chamados “estudos de gênero” talvez constituam o exemplo mais virtuoso dessa emulação entre campos no domínio da Ciência Social. De fato, o interesse pela participação das mulheres no trabalho industrial marcou a história das análises sobre a condição feminina no Brasil, sendo, como o sugere Bruschini (1993, p. 2), “a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira” (Blay, 1978; Madeira e Singer, 1975; Saffioti, 1969). Embora, até os anos 70, as análises correntes sobre industrialização e estrutura da classe operária brasileira tivessem permanecido impermeáveis ao que Lobo (1991) explicitou como sendo sua “composição sexuada”; muito embora as questões de gênero tenham permanecido invisíveis ao *mainstream* da produção acadêmica — apesar da insistência com que os estudos feministas apontavam para os “guetos ocupacionais” num mercado de trabalho descrito como fortemente segmentado (Saffioti, 1981; Bruschini, 1985) —, as décadas

de 70 e 80 trouxeram importantes desafios interpretativos.

Por um lado, a composição setorial do emprego feminino adquiriu maior complexidade com a crescente integração de mulheres nos setores chamados “dinâmicos”, em particular nos segmentos da indústria mecânica e metalúrgica, e notadamente naqueles voltados para a produção de equipamentos elétricos e eletrônicos (Humphrey, 1984; Hirata, 1988; Gitahy, Hirata, Lobo e Moysés, 1982; Moura *et al.*, 1984; Moysés, 1985; Spindel, 1987a; Liedke, 1989). Isto punha em xeque as formulações que lhes reservavam apenas empregos instáveis e sem perspectiva profissional em empresas de pequeno porte. Por outro lado, a crise de 1981-83, longe de lhes queimar as oportunidades recém-criadas (Spindel, 1987b), evidenciou a necessidade de se associar, na análise, os mecanismos do mercado de trabalho àqueles que resultam das formas de segregação no processo de trabalho (Hirata e Humphrey, 1988). Trajetórias profissionais, qualificações e gestão da mão-de-obra surgiam como construções históricas e sociais para cuja elucidação a perspectiva dos estudos de gênero constituía-se num instrumento frutífero.

A crítica das relações sociais tecidas na produção e das formas simbólicas de opressão teve, então, a virtude de vivificar tanto os estudos feministas sobre mulher e trabalho (Castro e Lavinias, 1992), quanto o “núcleo duro” dos estudos de fábrica então empreendidos pelos estudiosos do trabalho no Brasil (Lobo, 1991). Sociologia do Trabalho Industrial e Sociologia da Família e das Relações Sociais de Gênero foram, assim, campos conexos que se fecundaram reciprocamente e com notável intensidade nos anos 80.

Desenvolveu-se, com isso, uma ampla linha de estudos centrada na análise da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais de gênero a partir de uma nova ótica: a dos estudos de caso em empresas, cujo foco direcionava-se para as relações sociais tecidas na produção, observando a organização e gestão das relações sociais de gênero no interior

dos processos de trabalho. O cotidiano fabril tornou-se uma instância analítica-chave para se entender por que as mulheres brasileiras, em que pese seu ingresso massivo no trabalho industrial, e mesmo nas indústrias dinâmicas, viam-se confinadas a posições mais subalternas, menos remuneradas e de menor qualificação (Abreu, 1979 e 1981; Acero, 1980; Spindel, 1980; Caulliraux, 1981; Moysés, 1985; Moura *et al.*, 1984; Neves, M., 1990; Liedke, 1989).

Nesse sentido, a própria categoria divisão do trabalho passava a ser pensada como mais que uma simples divisão de tarefas, implicando uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário. A condição de gênero revelava-se uma variável determinante na construção desta assimetria, e os estudos debruçavam-se sobre os ingredientes da cultura do trabalho que a fundamentavam. Nessas assimetrias expressavam-se tradições e hierarquias, isto é, componentes *simbólicos*, socialmente construídos e vivenciados (Lobo e Soares, 1985; Humphrey e Hirata, 1984; Abreu, 1986; Rodrigues, A., 1978). Entendê-las era fundamental para interpretar tanto as formas concretas e microcósmicas de produção do consentimento e reprodução da dominação, quanto a construção da resistência e da ação coletiva.

A observação construída do ponto de vista da empresa e do processo de trabalho revelava, assim, a existência de variadas situações que aproveitavam as diferenças sociais entre os trabalhadores construídas *fora* da produção e *preexistentes* à inserção econômica dos indivíduos; diferenças que, uma vez criadas ou produzidas, podiam ser apropriadas sem que fossem sequer percebidas pelos que a elas estavam sujeitos (Rodrigues, A., 1978).

Desse modo, quando “o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma força de trabalho e se torna uma prática comunicativa, nem os gestos, nem a linguagem da gestão e das/os trabalhadoras/es podem ser generalizados” (Lobo, 1991, p. 261). A

formulação teórica da Sociologia brasileira adquiria, então, a necessária complexidade e remetia a atenção a outras experiências, tão simbioticamente aliadas à vivência da condição operária quanto a condição de gênero: por exemplo, a condição étnico-racial ou a condição geracional (Castro, M., 1989; Morel e Pessanha, 1991; Castro e Guimarães, 1993; Silva, P., 1993; Agier, 1994; Sansone, 1994).

Renovavam-se, assim, as interpretações sobre a classe trabalhadora na Sociologia do Trabalho brasileira. Nesse processo, frutificou uma nova história da classe operária, a partir de pesquisas (sócio-antropológicas) que dirigiram o seu olhar tanto para situações pretéritas vividas pelos trabalhadores (Alvim, 1985; Bláss, 1986; Foot Hardman, 1983; Foot Hardman e Leonardi, 1982; Paoli, 1987; Leite Lopes, 1976 e 1988; Pinheiro e Hall, 1979 e 1981; Rizek, 1988; Minayo, 1986; Morel, 1989; Ramalho, 1986), como para a compreensão de fatos então contemporâneos.

A Sociologia, em especial, teve então a sua atenção galvanizada pelo caráter inovador das práticas operárias e sindicais emergentes nas grandes greves de metalúrgicos do ABC no final dos anos 70. Para alguns, esses movimentos coletivos apenas exprimiam as aspirações de uma elite de trabalhadores dos setores modernos da indústria; suas condições privilegiadas de trabalho produziram demandas específicas, não pertinentes para o conjunto da classe operária brasileira (Almeida, 1978). Como expressou Vianna (1984, p. 56), de acordo com esse tipo de interpretação, “a identidade do ‘novo sindicalismo’ tenderia a apartá-lo do restante dos trabalhadores”. Para outros, essas práticas expressavam a reação daqueles que, conquanto desfrutassem uma situação salarial relativamente vantajosa, estavam igualmente submetidos às difíceis condições de trabalho, sendo, por isso mesmo, capazes de assumir a vanguarda de um movimento de contestação às formas de gestão da mão-de-obra impostas pelas empresas (Humphrey, 1982). Entre as condições que particularizavam essas ca-

tegorias destacavam-se tanto o relativo controle que exerciam sobre o seu processo de trabalho, como as condições de superexploração, refletidas na grande quantidade de horas-extras e na elevada intensidade do trabalho.

O estudo de Humphrey sobre a indústria automobilística tornou-se um marco na nova fase da Sociologia do Conflito Industrial no Brasil. Um dos mais importantes achados de sua pesquisa consistiu na elucidação de que os trabalhadores desenvolveram um sentimento de “injustiça com respeito às recompensas cada vez menores a seus esforços de crescimento”, ao qual se somava “a consciência de que os empregadores tinham recursos para proporcionar melhores salários e condições de trabalho” (Humphrey, 1982, p.159).

Embora alguns analistas tivessem ressaltado o fundamento econômico da greve de 1978 em São Bernardo, destacando sua investida contra o “arrocho salarial” imposto aos trabalhadores pela ditadura militar (Antunes, 1986), outros, trilhando o caminho aberto por Humphrey, sublinharam a experiência de injustiça a que os trabalhadores eram submetidos nos locais de trabalho como um elemento fundamental na explicação do ímpeto da luta. Esses últimos frisavam a necessidade de se integrar à análise a questão da subjetividade operária, argüindo o seu inegável valor heurístico (Abramo, 1986).

O achado de Humphrey teve também uma importante complementação no trabalho de Sader (1988). Conjugando a análise do “novo sindicalismo” à de outros movimentos sociais que eclodiram nessa mesma conjuntura, este autor chamou a atenção para o nascimento de formas discursivas distintas, através das quais segmentos sociais emergentes na cena política tematizavam as suas condições de existência. Assim, Sader (1988, pp. 194-5) documentou como o Sindicato de São Bernardo do Campo passou a “tematizar as injustiças pelo ângulo da falta de reciprocidade entre a importância do trabalho desempenhado, de um lado, e a remuneração recebida e as precariedades das

condições de trabalho e de vida, de outro”. Seu trabalho conclui que, ao enfrentar o regime militar, o “novo sindicalismo” esboçou uma alternativa dos trabalhadores para a transição democrática em curso no país, introduzindo um novo sujeito político no cenário público brasileiro.

A discussão enriqueceu-se igualmente com vários estudos que evidenciaram a relação existente entre, de um lado, as formas de organização do processo de trabalho e de gestão da mão-de-obra predominantes nas plantas industriais brasileiras e, de outro, as características do movimento sindical emergente (Leite, M., 1985; Almeida, 1982; Sorj, 1985).

Por outro lado, acompanhando a própria difusão do movimento, os estudos deslocaram-se para setores não-fabris, como o dos trabalhadores da construção civil (Vargas, 1979; Bicalho, 1983), o dos bancários (Segnini, 1988; Silva, R., 1991; Bláss, 1992; Pereira e Crivellari, 1991), ou outros setores de assalariados de classe média que adquiriam importante presença no movimento sindical brasileiro a partir de meados dos anos 80 (Noronha, 1991). Como elemento unificador da maior parte desses estudos, destaca-se a análise das formas de organização do trabalho e das lutas e reivindicações que elas ensejaram.

Outras análises buscaram, ainda, seguir as pistas de como as atitudes e práticas coletivas do chamado “sindicalismo do ABC” difundiam-se nacionalmente, acompanhando o processo de expansão produtiva e desconcentração industrial aprofundado durante os governos militares. Assim, novos eixos industriais como Belo Horizonte-Betim, Salvador-Camaçari, Manaus, Porto Alegre-Canoas-Triunfo atraíram a atenção dos pesquisadores brasileiros que se voltavam para explicar o processo de constituição de um operariado moderno em escala nacional (Spindel, 1987a; Castro, E., s/d.; Le Ven e Neves, 1985; Le Ven, 1987; Guimarães, 1988; Guimarães e Castro, 1988 e 1990; Agier, Castro e Guimarães, 1994; Liedke, 1992; Cattani, 1991).

Desenvolveram-se, também, os estudos

sobre os processos de constituição e difusão das novas formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (Silva, R., 1985; Rodrigues, I., 1990). Através deles, evidenciaram-se as diferentes maneiras através das quais os trabalhadores organizavam a sua resistência, apoiando-se nos conhecimentos, formais ou tácitos, que detinham sobre o processo de trabalho (Maroni, 1982; Grun, Ferro e Zilbovicius, 1987). Igualmente importantes foram as análises que se voltaram para a difusão da negociação coletiva (Silva, R., 1990; Almeida, 1981). Elas elucidaram que o “novo sindicalismo” desafiava tanto os dispositivos legais constrangedores da negociação, quanto a resistência patronal em negociar as condições em que o trabalho era prestado.

A dinâmica do movimento sindical foi ainda estudada a partir de análises quantitativas sobre as greves (Noronha, 1991; Sandoval, 1994) e a expansão dos sindicatos (Silva, R., 1992). Enquanto as primeiras testemunharam um notável processo de fortalecimento do movimento, que se configura na crescente mobilização grevista durante os anos 80, as últimas apontam para uma situação paradoxal: se em alguns casos o aumento do número de sindicatos pode ser imputado a um fortalecimento da organização dos trabalhadores, em outros denota apenas a atomização da organização sindical, provocada pelas características da atual legislação, especialmente no que se refere à unicidade sindical e ao monopólio da representação pelo sindicato de base. Também a constituição das centrais sindicais passou a desafiar os intérpretes, que se voltaram para a investigação das características das diferentes tendências sindicais nacionais, suas concepções e práticas políticas, bem como o perfil dos seus militantes (Rodrigues, L., 1990 e 1991; Rodrigues e Cardoso, 1993).

O ímpeto do movimento, suas novas formas de organização e sua crescente capacidade de mobilização e de se manter na cena política fizeram dos trabalhadores atores importantes na luta pela redemocratização do país. O papel social e político do “novo

sindicalismo” expressou-se na criação, em 1979, do Partido dos Trabalhadores (PT), também objeto de análise de vários estudos (Moisés, 1981; Keck, 1991).

Completada a transição para o governo civil, a reflexão sociológica passou a inquirir sobre a influência do movimento sindical na construção de uma nova ordem democrática, expressa, inicialmente, no processo constituinte que se completou em 1988. Para alguns, as mudanças não vieram favorecer a democratização da organização sindical brasileira, seja porque fortaleceram a liderança sindical, garantindo-lhe recursos financeiros e maior autonomia (Rodrigues, L., 1988), seja porque “o sindicato de estado saiu consagrado e fortalecido pelo trabalho da Constituinte” (Boito, 1991, p. 57). Já outros autores (Leite e Silva, 1988) sublinharam os avanços trazidos pela nova Constituição no que se refere à conquista do direito de greve e à liberdade de ação dos sindicatos, conquanto reconhecessem que importantes princípios da antiga estrutura sindical haviam logrado sobreviver (como os da unicidade sindical, da cobrança compulsória do imposto sindical e do monopólio da representação por parte dos sindicatos de base), mantendo vivas as principais características de uma organização que se baseia no “corporativismo atomizado” (Silva e Leite, 1987, p. 38).

Na verdade, a tematização sobre os limites desse novo movimento sindical acompanha a história recente da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. Almeida (1988) e Noronha (1991), por exemplo, alertaram para a defasagem existente entre a força do movimento trabalhista no plano social e sua escassa significação política, entendida como a capacidade de “influir na definição de políticas governamentais de tipo social, nelas incluindo a política de salários” (Almeida, 1988, p. 328). Também Sader chamou a atenção para o fato de que a consumação da transição democrática em 1985 significou, ao fim e ao cabo, uma derrota para o projeto político implícito nos movimentos sociais que emergiram no fim da década de 70, os quais, “levados ‘precocemente’ aos

embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política” (Sader, 1988, p. 315). Desse modo, “nem os sindicatos teriam sido capazes de aparecer frente ao Estado como interlocutores respeitáveis [...] nem os partidos teriam expressado no Congresso as demandas sindicais com força suficiente para forçar um compromisso”; disso resultou o aparente “paradoxo de direitos formalmente conquistados, embora escassamente implementados”, exemplificado nos dispositivos constitucionais carentes de aplicabilidade porque sequer chegaram a ser regulamentados (Castro e Guimarães, 1990, pp. 219-21).

Entretanto, resta à Sociologia interpretar o alcance e a eficácia política com que vanguardas dos assalariados industriais ressurtem hoje no jogo político-institucional brasileiro. Certamente, a chamada “década perdida” — e em particular a profunda recessão em que o país mergulhou no início dos anos 90 — atingiu com vigor o conjunto da atividade produtiva, fazendo minguar o peso estrutural dos assalariados industriais, notadamente dos grupos operários. Certamente, o movimento sindical ainda é politicamente devedor de uma proposta alternativa de desenvolvimento econômico que contemple os interesses do conjunto da população brasileira. Apesar disso, mantém-se o apelo eleitoral de Luis Inácio (Lula) da Silva, a mais emblemática figura entre os sindicalistas brasileiros. Como entendê-lo?

Ademais, nessa mesma conjuntura, o processo de reestruturação produtiva desafiou trabalhadores e sindicalistas, não apenas queimando postos de trabalho e reduzindo o nível de emprego, mas sobretudo alterando a micropolítica nos chãos-de-fábrica. Conquanto ainda surpresos, segmentos importantes do movimento sindical brasileiro têm procurado fazer face ao que se passa no interior das plantas, de modo a negociar proativamente as estratégias de modernização assumidas pelas empresas. A recente experiência do chamado “Acordo das Montadoras” prenuncia uma vitalidade política que

desafia os intérpretes (Cardoso e Comin, 1993). Desse modo, quando a crise e a reestruturação pareciam estar prestes a sepultar as veleidades organizativas e políticas do movimento operário e sindical, eis que este se recoloca lançando um novo desafio interpretativo aos estudiosos da Sociologia do Trabalho no Brasil.

### **Crise, Reestruturação e Trabalho Industrial**

Da perspectiva da análise sociológica, os anos 80 não foram para o Brasil apenas “a década perdida”. A transição para a democracia, as grandes mobilizações sociais e o fortalecimento do movimento operário e sindical deram também a tônica ao período. Esse fortalecimento das esferas públicas de expressão da sociedade civil ocorreu ao mesmo tempo em que o país dava os seus primeiros passos rumo ao processo de modernização industrial, hoje em curso de modo mais acelerado. Como, então, uma cultura fabril, talhada no autoritarismo, passou a conviver com o apelo social pela democratização? Como a extensão da cidadania aos chãos-de-fábrica, bandeira de primeira hora do “novo sindicalismo”, tem temperado as novas estratégias empresariais de modernização tecnológica e organizacional da indústria brasileira num contexto internacional de crescente integração competitiva?

A produção da Sociologia do Trabalho nesse tema reflete, em grande medida, os rumos e vicissitudes do próprio processo de reestruturação industrial no Brasil. Heterogêneo, esse processo atingiu com intensidade e natureza diversas os distintos setores industriais e as diferentes regiões do país. Já no final dos anos 80, contudo, pareciam perceptíveis algumas tendências mais gerais (Abramo, 1990): (a) ao nível dos estabelecimentos, o processo concentrava-se nas grandes empresas direta ou indiretamente vinculadas à exportação; (b) ao nível dos setores, essa concentração privilegiava ramos como a metalmeccânica, a automobilística, a petroquímica e a siderurgia; (c) ademais, como as bases principais do “novo sindicalismo” estão



assentadas nos setores mais modernos da economia, a vanguarda do processo de modernização parecia coincidir com a vanguarda do movimento sindical.

Três momentos principais caracterizam a reestruturação industrial ora em curso (Leite, M. 1994b). O primeiro abarcou a primeira metade dos anos 80, quando as propostas inovadoras se restringiram à adoção dos círculos de controle de qualidade, sem que as empresas se preocupassem em alterar de maneira significativa as formas de organização do trabalho ou em investir de maneira efetiva em novos equipamentos microeletrônicos. Vários estudos apontaram o caráter parcial e reativo dessa “japanização de ocasião”, responsável pelo rápido fracasso da estratégia (Fleury, A., 1985; Hirata, 1983; Salerno, 1985).

Um segundo momento iniciou-se em 1984-85, com o reaquecimento da economia, e estendeu-se até os últimos anos da década, caracterizando-se por uma difusão significativa de equipamentos de base microeletrônica. Essa conjuntura estimulou novas pesquisas sobre as formas pelas quais os trabalhadores percebiam a inovação tecnológica, as significações que lhe atribuíam, e as representações produzidas acerca da experiência subjetiva do trabalho. Com frequência, os estudos detiveram-se nas formas individuais e coletivas (sindicalmente organizadas ou não) de elaboração simbólica e política sobre as novas condições técnicas do cotidiano de trabalho (Marques, 1986; Neder, 1988; Abramo, 1988; Leite, M., 1994a; Rizek, 1994). A tematização em torno da dimensão simbólica na organização e na gestão do trabalho ganhou fôlego e categorias como “cultura técnica” (Valle, 1991) ou “cultura da empresa” (Fleury, M., 1986) tornaram-se recursos analíticos de primeira hora.

Embora, nessa segunda fase, algumas empresas estivessem empenhadas em introduzir novas formas de organização do trabalho, vários estudos enfatizaram o fraco empenho do empresariado em adotar inovações organizacionais. Na realidade, a resistência patronal em modificar as estratégias

de gestão da mão-de-obra dificultou a adoção de formas de organização baseadas no trabalho em grupo e na efetiva participação dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo (Leite e Silva, 1991; Hirata *et al.*, 1992; Humphrey, 1994; Ferro, 1992; Castro e Guimarães, 1991). O paradoxo da “modernização conservadora” atendeu os estudiosos do trabalho, que se voltaram para a compreensão das estratégias empresariais de inovação técnico-organizacional, com frequência desiguais em sua natureza e intensidade nos distintos setores (Salerno, 1994; Lobo, 1994; Segre e Tavares, 1991; Rizek, 1991; Grun, 1992).

Finalmente, a partir dos anos 90 observam-se sinais de um novo curso. As empresas têm concentrado esforços na renovação de suas estratégias organizacionais, adotando formas de gestão da mão-de-obra mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e de envolvimento dos trabalhadores. Essas mudanças, concomitantes com a difusão dos programas de produtividade e qualidade, apontam para a crescente preocupação empresarial com a estabilização e qualificação da mão-de-obra, com a simplificação das estruturas de cargos e salários e com a diminuição dos níveis hierárquicos; ao mesmo tempo, buscam-se substituir as políticas autoritárias de relacionamento com os operários, introduzindo formas menos conflituosas de gestão do trabalho (Humphrey, 1991; Carvalho, 1992; Gitahy e Rabelo, 1991; Leite, E., 1993; Leite, M., 1993; Castro, N., 1993).

Segundo alguns intérpretes, esse processo poderia estar apontando para “mudanças culturais incrementais nas empresas” (Fleury, M., 1993). A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil debate hoje qual o sentido dessas mudanças. Para uns, elas podem conter o embrião de uma possível democratização das relações de trabalho nos chões-de-fábrica (Gitahy e Rabelo, 1991). Outros, entretanto, têm sublinhado alguns limites, já perceptíveis nas mudanças em curso: persistem as práticas autoritárias, especialmente no que se refere às relações com os sindic-

tos e com as organizações dos trabalhadores nos locais de trabalho (Leite, M. 1993; Humphrey, 1993; Ruas, 1993a).

De fato, com exceção de setores onde os trabalhadores têm tido um comportamento mais proativo (como o complexo automotivo), a postura patronal ainda predominante tem sido a de marginalizar sindicatos e inviabilizar as organizações de trabalhadores dentro das fábricas. Paradoxalmente, isso se verifica no mesmo momento em que o movimento sindical apresenta os primeiros sinais de uma transição que o leva da antiga postura de resistência incondicional — que caracterizou a prática sindical no início do processo — para posições mais afeitas à negociação e à contratação das condições de introdução das inovações (Bresciani, 1991).

Todos esses processos, conquanto embrionários, colocam desafios interpretativos importantes para a Sociologia do Trabalho. Ao nível dos atores, parecem estar em curso redefinições na sua configuração estrutural e expressão política, tendo em vista o novo cenário, onde importantes dimensões da organização e das relações industriais, bem como do mercado de trabalho, tornaram-se, pela primeira vez no país, objeto de negociação entre atores que se reconhecem como legítimos interlocutores. Nesse sentido, a situação atual distingue-se da experiência dos anos 70 e inícios dos 80, quando a imposição abertamente autoritária de um regime fabril calçado no despotismo político e de mercado garantiu o assentimento operário às metas e modos de organizar a produção (Carvalho, 1987; Guimarães, 1988; Silva, E., 1991; Castro, N., 1993; Humphrey, 1993; Cardoso e Comin, 1993).

Por outro lado, a reestruturação em curso impõe que se compreenda a nova feição da organização industrial no Brasil, assim como os novos padrões de cooperação que passam a caracterizar as redes de clientes e fornecedores. Isto altera o perfil estrutural e as formas de solidariedade e de hierarquia que se estabelecem entre setores patronais, influenciando na sua forma de negociar

as condições de trabalho nos chãos-de-fábrica (Gitahy e Rabelo, 1991).

As estratégias empresariais de competição e cooperação interfirmas tornaram-se, por isso mesmo, variáveis contextuais importantes no entendimento das formas de gestão do trabalho industrial, especialmente num momento em que rápidos processos de reestruturação organizacional e política parecem estar em andamento (Ruas, 1993b; Gitahy, Rabelo, Ruas e Antunes, 1993). Assim, por exemplo, o enxugamento de níveis hierárquicos e as novas formas de envolvimento dos trabalhadores recolocam o desafio de interpretar o sentido contemporâneo da cidadania operária. Flexibilidade, enxugamento e terceirização vêm afetando, igualmente, o perfil da força de trabalho em vários dos seus diferentes aspectos, tais como trajetória profissional e qualificação, condição de gênero e etária, distribuição locacional etc. (Abreu, 1993; Abreu e Sorj, 1993; Ruas, 1993b; Gitahy, 1993; Gitahy, Rabelo, Ruas e Antunes, 1993).

Mais ainda: em face dessa nova realidade, os estudos sobre os locais de trabalho foram levados a intensificar o seu diálogo analítico com os estudos que têm no mercado de trabalho o seu foco central de observação. A esse respeito, a recente temática da flexibilização do trabalho talvez seja exemplar. Num país como o Brasil, onde o uso flexível da força de trabalho parece ser um dado genético, a especificidade desse processo só poderá ter os seus efeitos bem interpretados se analisada, ao mesmo tempo, a partir dos determinantes intra e extra-fabris que afetam as novas formas contratuais que se expressam no mercado de trabalho (Dedecca e Montagner, 1993; Dedecca, Montagner e Brandão, 1993).

Ademais, a seletividade social, correlata à reestruturação produtiva, reabre a discussão sobre crescimento e exclusão. No Brasil, recentes estudos sociológicos sobre pobreza, exclusão e cidadania (Telles, V., 1992; Lopes e Gottschalk, 1990; Lopes, 1993) em muito enriqueceram a tradição mais ortodoxa da nossa Sociologia Industrial, via de regra

preocupada apenas com as novas condições e ambientes de trabalho que abrigariam, nas indústrias, os “sobreviventes” do processo de reestruturação.

É patente, então, a insistência com que, hoje, os estudiosos do trabalho no Brasil vêem-se desafiados a interpretar processos que, se têm nos ambientes fabris seus espaços de expressão por excelência, carecem transcendê-los, de modo a melhor compreender sua natureza e seus determinantes. Assim, nos anos 90, já não parecem mais suficientes as estratégias empíricas fundadas no estudo de caso isolado, exaustivamente descrito num ponto de tempo. Nas pesquisas recentes, ganham força as estratégias comparativas e longitudinais de análise, onde trajetórias de empresas (ou grupos de empresas) são acompanhadas ao longo do tempo e sob diferentes perspectivas de observação. Da mesma forma, a análise tende a deslocar-se com insistência para complexos industriais, antes que restringir-se a estabelecimentos ou unidades produtivas isoladas. A emergência de estudos comparativos e longitudinais é, sem dúvida, um estilo metodológico que obriga à formulação de hipóteses de fôlego explicativo mais amplo, até porque o fazer sociológico tem sido temperado pelo aparentemente árido, mas imprescindível, conhecimento dos chãos-de-fábrica produzido entre os engenheiros e administradores de produção. Com esse novo arsenal analítico tem sido possível documentar e formular ilações sobre formas de organização que se reestruturaram em direção a um novo patamar de integração interempresarial.

Enfim, observando hoje o *mainstream* da produção no campo, assistimos saudáveis rupturas nos estilos metodológicos e nas tematizações mais ortodoxas da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. De fato, os chamados “estudos sobre o processo de trabalho” deram a tônica nos anos 80. Eles surgiram, como vimos, do desafio de produzir uma teorização sobre o que Marx denominara “o âmbito recôndito da produção”. Ora, se o marxismo clássico teve a virtude de destacar a importância dessa esfera, os mar-

xistas contemporâneos ficaram devedores de uma verdadeira sociologia das relações sociais *no* trabalho. Isto porque, uma vez iluminada pelo foco analítico, a produção era representada como uma instância que, (a) ou carecia de sujeitos, subsumidos que estavam na lógica econômica intrínseca ao processo de valorização do capital, ou (b) os transmutava em personificações das classes, cuja ação carecia de sentido fora da definição apriorística dos interesses “para si”.

A virtuosa empresa dos nossos “estudos do processo de trabalho” foi, então, a de se debruçar sobre os cotidianos fabris para nelas reencontrar sujeitos, *homens e mulheres* cuja origem de classe não esgotava os determinantes explicativos das suas atitudes, comportamentos e escolhas; e, sobretudo, não lhes imputava interesses que independessem das suas próprias volições, construídas em complexas experiências no decurso de longas trajetórias de vida. Estabelecia-se, assim, a necessidade de pesquisar e teorizar a produção da política no âmbito da produção: a formação de representações, a construção de interesses, a produção da hegemonia e do consentimento.

Onde, então, este decurso analítico virtuoso tornou-se um vício? A estratégia de documentar a especificidade do singular, a particularidade do específico, costuma ter também os seus resultados perversos. No caso dos estudos do processo de trabalho, o limite da experiência brasileira dos anos 80 parece encontrar-se na reiteração *ad nauseam* das descrições de caso relativas a aspectos da organização e da gestão, da produção e/ou do trabalho. Cada pesquisador passou a ter “a sua fábrica”, de onde extraía a sua autoridade científica (tal como o antropólogo de antanho tinha a sua aldeia, de onde extraía a sua autoridade etnográfica).

Mas, serão essas descrições do processo de trabalho carentes de significado na empresa científica? Claro que não. Entretanto, uma vez livres de desafios teórico-interpretativos, ou sempre quando atendo-se a importar mecanicamente os desafios históricos de outros contextos societais, pouco podem

contribuir para *uma Sociologia da sociedade brasileira*, nosso verdadeiro alvo.

Na medida em que a Sociologia do Trabalho nos anos 90 ultrapassa essa experiência, ela restabelece a sua capacidade de formulação de hipóteses com maior poder de generalização, seja no espaço (por estarem sustentadas em inferências analíticas a partir de casos exemplares e descrições densas), seja no tempo (por serem capazes de acompanhar trajetórias, mudanças em processo, antes que fotografar casos num ponto de tempo). As saídas atuais apontam no sentido de que as insatisfações começam a

ser superadas com novas formas de investigar. Por outro lado, o determinismo material parece ter encontrado limites tanto na força com que os elementos organizacionais têm se mostrado determinantes nas mudanças recentes no mundo do trabalho fabril no Brasil, quanto no reconhecimento da virtualidade explicativa de fatores relativos à concepção da ordem no trabalho, às representações dos agentes e ao simbolismo nas instituições fabris.

(Recebido para publicação  
em março de 1994)

### Bibliografia

Abramo, L. A.

- 1986 *O Resgate da Dignidade*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, USP.  
1988 "A Subjetividade do Trabalhador Frente à Automação". In R. Neder et al., *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, São Paulo, Hucitec.  
1990 "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 30.

Abreu, A.

- 1979 O Mundo da Costura: Algumas Considerações sobre Trabalho Assalariado e Atividades Independentes na Indústria da Confecção. Comunicação apresentada ao III Encontro Anual da Anpocs.  
1981 Algumas Considerações sobre a Posição Trabalhista de Costureiras Externas na Indústria da Confecção no Rio de Janeiro. Comunicação apresentada ao V Encontro Anual da Anpocs.  
1985 "Processo de Trabalho e Ciências Sociais: A Contribuição do GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais". *Textos para Discussão*, Rio de Janeiro, Mestrado em Ciências Sociais, IFCS/UFRJ.  
1986 *O Averso da Moda — Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção*. São Paulo, Hucitec.  
1993 "Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, n. 35, São Paulo, março, pp. 37-49.

Abreu, A. e Sorj, B. (orgs.)

- 1993 *O Trabalho Invisível — Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.

Acero, L.

- 1980 La Mujer en el Proceso de Trabajo: Una Fábrica Textil. Comunicação apresentada ao IV Encontro Anual da Anpocs.

Agier, M.

- 1994 "'Classe' ou 'Raça'? Socialização, Trabalho e Identidades Opcionais". *Análise & Dados — O Negro*, vol. 3, n. 4, Salvador.

- Agier, M; Castro, N. e Guimarães, A.  
1994 *Técnicos ou Peões: Imagens da Mobilidade Social em Salvador nos Anos 80*. São Paulo, Hucitec.
- Almeida, M. H. T.  
1978 "Desarrollo Capitalista y Acción Sindical". *Revista Mexicana de Sociología*, Ano XI, vol. XL.  
1981 "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil". *Dados*, vol. 24, n. 2, Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.  
1982 *Novas Demandas, Novos Direitos*. São Paulo, Cebrap, mimeo.  
1988 "Difícil Caminho: Sindicatos e Política na Construção da Democracia". In F. W. Reis e G. O'Donnell (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice.
- Alvim, M.  
1985 *Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um Estudo sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ
- Antunes, R.  
1986 *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo, Ensaio/Editora da Unicamp.
- Bastide, R. e Fernandes, F.  
1959 *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Bicalho, N.  
1983 *Construtores de Brasília*. Petrópolis, Vozes.
- Bláss, L.  
1986 *Imprimindo a Própria História. O Movimento dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo no Final dos Anos 20*. São Paulo, Loyola.  
1992 *Estamos em Greve. Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários*. São Paulo, Hucitec/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Blay, E.  
1978 *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo, Ática.
- Boito, A.  
1991 *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Editora da Unicamp.
- Bresciani, L.P.  
1991 *Tecnologia, Organização do Trabalho e Ação Sindical: Da Resistência à Contratação*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Escola Politécnica da USP.
- Bruschini, C.  
1985 *Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher*. São Paulo, Nobel.  
1993 *Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro*. Comunicação apresentada ao seminário Desafios do Feminismo, Rio de Janeiro, 20-21 de maio.
- Cardoso, F. H.  
1962 "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social". *Revista Brasiliense*, n. 41, maio-junho, pp. 98-122.
- Cardoso, F. H. e Ianni, O.  
1960 *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Cardoso, A. e Comin, A.  
1993 *Câmaras Setoriais, Modernização Produtiva e Democratização nas Relações de Traba-*

- lho no Brasil: A Experiência do Setor Automobilístico. Comunicação apresentada ao I Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, México, 22-26 de novembro.
- Carvalho, R. Q.  
 1987 *Tecnologia e Trabalho Industrial*. Porto Alegre, L&PM Editores.  
 1992 "Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro?". *Textos para Discussão*, n.12, Campinas, Instituto de Geociências da Unicamp.
- Castro, E.  
 s/d. *Diferenciação Sexual, Itinerários Profissionais e Construção do Cotidiano*. Pará, UFPA/NAEA, mimeo.
- Castro, M. G.  
 1989 *Family, Gender and Work: The Case of Female Heads of Household in Brazil*. Tese de doutorado, Gainesville, University of Florida.
- Castro, M. G. e Lavinias, L.  
 1992 "Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto". In Costa e Bruschini (orgs.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- Castro, N.  
 1993 "Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro: Reestruturação Industrial ou Japonização de Ocasão?". *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, novembro, pp. 155-73.
- Castro, N. e Guimarães, A.  
 1990 "Trabalho, Sindicalismo e Reconversão Industrial no Brasil nos Anos 90". *Lua Nova*, n. 22, São Paulo, Cedec.  
 1991 "Competitividade, Tecnologia e Organização do Trabalho: A Petroquímica Brasileira nos Anos 90". In M. P. Leite e R. A. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.  
 1993 "Desigualdades Raciais no Mercado e nos Locais de Trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, Rio de Janeiro, setembro.
- Cattani, A.  
 1991 *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura/Palmarinca.
- Cauliraux, H.  
 1981 Formas de Resistência na Indústria do Vestuário. Comunicação apresentada ao V Encontro Anual da Anpocs.
- Dedecca, C. e Montagner, P.  
 1993 Flexibilidade Produtiva e das Relações de Trabalho: Considerações sobre o Caso Brasileiro. São Paulo, Instituto de Economia da Unicamp, mimeo.
- Dedecca, C.; Montagner, P. e Brandão, S.  
 1993 Recessão e Reestruturação Econômica: As Novas Condições de Funcionamento do Mercado de Trabalho na Década de 90. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, mimeo.
- Dias, E.  
 1962 *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit.
- Fernandes, F.  
 1965 *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus.

- Ferro, J.  
1992 "A Produção Enxuta no Brasil". In Womack, Jones e Roos, *A Máquina que Mudou o Mundo*, Rio de Janeiro, Campus, Apêndice B.
- Fischer, R.  
1985 "Pondo os Pingos nos is' sobre as Relações do Trabalho e Políticas de Administração de Recursos Humanos". In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- Fleury, A.  
1985 "Organização do Trabalho na Indústria: Recolocando a Questão nos Anos 80". In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- Fleury, M.  
1986 O Simbólico nas Relações de Trabalho: Um Estudo sobre Relações de Trabalho na Empresa Estatal. Tese de livre-docência, São Paulo, FEA/USP.  
1993 "The Culture of Quality and the Management of Human Resources". *IDS Bulletin*, vol. 24, n. 2, abril.
- Foot Hardman, F.  
1983 *Nem Pátria, Nem Patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Foot Hardman, F. e Leonardi, V.  
1982 *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global.
- Gitahy, L.  
1993 Inovação Tecnológica, Subcontratação e Mercado de Trabalho. Comunicação apresentada ao XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-25 de outubro.
- Gitahy, L.; Hirata, H.; Lobo, E. e Moysés, R.  
1982 "Operários: Sindicalizações e Reivindicações(1970-1980)". *Revista de Cultura Política*, n. 8, São Paulo, Cedec/Cortez, junho.
- Gitahy, L. e Rabelo, F.  
1991 "Educação e Desenvolvimento Tecnológico: O Caso da Indústria de Autopeças". *Textos para Discussão*, n.11, Campinas, DPCT/Instituto de Geociências da Unicamp. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- Gitahy, L.; Rabelo, F.; Ruas, R. e Antunes, E.  
1993 Inter-Firm Relations, Collective Efficiency and Employment in Two Brazilian Clusters. Relatório Final de Pesquisa, ILO.
- Grun, R.  
1992 "Japão, Japões: Algumas Considerações sobre o Papel dos Conflitos Intergeracionais na Difusão das Novidades Organizacionais". In R. Soares (org.), *Gestão da Qualidade, Tecnologia e Participação*, Brasília, Cadernos Codeplan, n. 1.
- Grun, R.; Ferro, J. e Zilbovicius, M.  
1987 "Novas Estratégias Patronais e Novas Respostas Operárias: Operação Vaca-Brava". *Cadernos DEP*, n.1, São Carlos, UFSCar.
- Guimarães, A.  
1988 *Factory Regime and Class Formation: The Petrochemical Workers in Brazil*. Tese de doutoramento, University of Wisconsin, Madison.

- Guimarães, A. e Castro, N.  
 1987 "Movimento Sindical e Formação de Classe". *Cadernos CRH*, n. 5, Salvador.  
 1988 "Espaços Regionais de Construção da Identidade: A Classe Trabalhadora no Brasil Pós-77". *Ciências Sociais, Hoje — 1988*, São Paulo, Anpocs/Vértice.  
 1990 "Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste Brasileiro". In L. Valladares e E. Preteceille (orgs.), *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*, Rio de Janeiro, Nobel.
- Hirata, H.  
 1983 "Receitas Japonesas, Realidade Brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, n. 2.  
 1988 Processos de Modernização: A Mulher na Produção Industrial. Comunicação apresentada à Reunião Intermediária do GT Mulher na Força de Trabalho da Anpocs, Rio de Janeiro.
- Hirata, H. e Humphrey, J.  
 1988 "Trajectoires et Activité". *Cahiers APRE*, n.7, Paris.
- Hirata, H. et al.  
 1992 "Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para uma Discussão do Caso Brasileiro". In R. Soares (org.), *Gestão da Qualidade, Tecnologia e Participação*, Brasília, Cadernos Codeplan, n.1.
- Humphrey, J.  
 1982 *Fazendo o "Milagre"*. Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira. São Paulo, Vozes/Cebrap.  
 1984 "Trabalho Feminino na Grande Indústria Paulista". *Cadernos Cedec*, n. 3, São Paulo.  
 1991 Japanese Methods and the Changing Position of Direct Production Workers: Evidence from Latin America. Falmer, Brighton, Inglaterra, IDS, University of Sussex,  
 1993 The Impact of "Japanese" Management Techniques on Labour in Brazilian Manufacture. Sussex, IDS.  
 1994 "Adaptando o 'Modelo Japonês' ao Brasil". In H. Hirata (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Humphrey, J. e Hirata, H.  
 1984 "Hidden Inequalities: Women and Men in the Labour Process". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, vol. 1, pp. 271-300.
- Keck, M.  
 1991 *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo, Ática.
- Le Ven, M.  
 1987 *Trabalho e Democracia: A Experiência dos Metalúrgicos Mineiros*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP.
- Le Ven, M. e Neves, M.  
 1985 "A Crise da Indústria Automobilística: Automação e Trabalho na Fiat". *Ciências Sociais, Hoje — 1985*, São Paulo, Anpocs/Cortez.
- Leite, E.  
 1993 Uma Escola em Cada Empresa? Comunicação apresentada ao seminário Reestruturação Produtiva, Reorganização do Trabalho e Relações Industriais, São Paulo, Cebrap, julho.
- Leite, M.  
 1985 "Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos". In M. T. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.



- 1993 Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra e Sistemas Participativos: Uma Tendência à Democratização das Relações de Trabalho? Texto apresentado no XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-25 de outubro. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- 1994a *O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo, Scritta/Fapesp.
- 1994b Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. Campinas, Projeto CESIT/MTb Mercado de Trabalho e Sindicatos no Brasil. A ser publicado em coletânea organizada pela editora Scritta.
- Leite, M. e Silva, R.
- 1988 "Os Trabalhadores na Constituinte". *Documento de Trabalho*, n. 1, São Paulo, Ildes.
- 1991 "Tecnologia Moderna e Relações de Trabalho Conservadoras: A Contradição Brasileira? In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.
- Leite Lopes, J. S.
- 1976 *O Vapor do Diabo — O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1988 *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo, Marco Zero.
- Liedke, E.
- 1989 "A Diferenciação da Força de Trabalho na Empresa: Um Estudo de Caso na Indústria Eletrônica. *Cadernos de Sociologia*, n.1, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.
- 1992 "Inovação Tecnológica e Ação Sindical nas Indústrias Metal-Mecânica e Eletroeletrônica no Rio Grande do Sul". *Educação & Sociedade*, n. 41, Campinas, Papiрус.
- Linhares, H.
- 1962 *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Lobo, E.
- 1991 *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo, Brasiliense.
- 1994 "Modelo Japonês e Práticas Brasileiras". In H. Hirata (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Lobo, E. e Soares, V.
- 1985 Masculino e Feminino na Linha de Montagem. Comunicação apresentada ao GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, IX Encontro Anual da Anpocs, São Paulo. Posteriormente publicado em E. Lobo, *A Classe Operária Tem Dois Sexos*, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- Lopes, J.
- 1965 *Sociedade Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, Difel.
- 1993 Reestruturação Produtiva, Mercado de Trabalho e Condições de Vida. Texto apresentado no XVII Encontro Anual da Anpocs. A ser publicado na revista *Educação & Sociedade*, n. 45, número especial sobre Inovação Tecnológica, Trabalho e Qualificação, 1994 (no prelo).
- Lopes, J. e Gottschalk, A.
- 1990 "Recessão, Pobreza e Família: A Década Mais que Perdida". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, n. 2, São Paulo, Fundação Seade, abr-jun, pp. 32-6.
- Madeira, F. e Singer, P.
- 1975 "Estrutura do Emprego Feminino no Brasil — 1920/1970". *Cadernos Cebrap*, São Paulo, Cebrap.

- Maroni, A.  
1982 *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- Marques, R.  
1986 "Os Trabalhadores e as Novas Tecnologias". In L. Bruno e C. Saccardo (orgs.), *Organização, Trabalho e Tecnologia*, São Paulo, Atlas.
- Minayo, M.  
1986 *Os Homens de Ferro — Estudo sobre os Trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- Moisés, J.  
1981 "A Estratégia do Novo Sindicalismo". *Revista de Cultura e Política*, ns. 5/6, São Paulo, Cedec.
- Morel, R.  
1989 *A Ferro e Fogo — Construção e Crise da Família Siderúrgica: O Caso de Volta Redonda*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- Morel, R. e Pessanha, E.  
1991 "Gerações Operárias: Rupturas e Continuidades na Experiência de Metalúrgicos do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, Ano VI, Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará.
- Moura, E. et al.  
1984 A Utilização do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus. Comunicação apresentada ao VIII Encontro Anual da Anpocs.
- Moysés, Rosa.  
1985 Considerações sobre o Processo de Trabalho e a Divisão Sexual do Trabalho em Indústrias Farmacêuticas e de Perfumaria e Cosméticos. Comunicação apresentada ao GT Mulher na Força de Trabalho da Anpocs.
- Neder, R.  
1988 *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- Neves, M.  
1990 *As Trabalhadoras de Contagem: Uma História Outra, Uma Outra História*. Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- Noronha, E.  
1991 "A Explosão das Greves na Década de 80". In A. Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, São Paulo, Paz e Terra.
- Paoli, M.  
1987 "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros — Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira". In José Sérgio Leite Lopes (org.), *Cultura e Identidade Operária*, Rio de Janeiro, Marco Zero/PROED/Museu Nacional-UFRJ.
- Pereira, L.  
1965 *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Pereira, V.  
1979 *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Pereira, D. e Crivellari, H.  
1991 "A Concepção Fabril numa Empresa Bancária". In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.

- Pinheiro, P e Hall, M.  
 1979 *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889/1930)*. Vol. I — O Movimento Operário. São Paulo, Alfa-Omega.
- 1981 *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889/1930)*. Vol. II — Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense/Funcamp.
- Ramalho, J. R.  
 1986 *Estado Patrão e Luta Operária — Conflitos de Classe na Fábrica Nacional de Motores*. Tese de doutorado, São Paulo, IFLCH/USP.
- Rizek, C.  
 1988 Osasco: 1968 — A Experiência de um Movimento. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- 1991 “Trabalho e Inovação Tecnológica — Os Trabalhadores Petroquímicos Paulistas nos Anos 80”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ildes/Labor.
- 1994 *O Trabalho e suas Metáforas: As Representações Simbólicas dos Trabalhadores Petroquímicos Paulistas*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Sociologia, USP.
- Rodrigues, A.  
 1978 *Operário, Operária*. São Paulo, Símbolo.
- Rodrigues, I. J.  
 1990 *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo, Cortez/Fase.
- Rodrigues, J. A.  
 1968 *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Rodrigues, L.M.  
 1966 *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
- 1970 *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- 1988 “Os Sindicatos na Nova Constituição”. *Jornal da Tarde*, 14/3/88.
- 1990 *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. São Paulo, Paz e Terra.
- 1991 “As Tendências Políticas na Formação das Centrais”. In A. Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro dos Anos 80*, São Paulo, Paz e Terra.
- Rodrigues, L. M. e Cardoso, A.  
 1993 *Força Sindical: Uma Análise Sócio-Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Ruas, R.  
 1993a “Notes on the Implementation of Quality and Productivity Programmes in Sectors of Brazilian Industry”. *IDS Bulletin*, vol. 24, n. 2, abril.
- 1993b Reestruturação Sócio-Econômica, Adaptação das Empresas e Gestão do Trabalho. Comunicação apresentada à reunião da Red Latinoamericana de Educación y Trabajo, Campinas, 7-11 de março.
- Sader, E.  
 1988 *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra.
- Sader, E. e Paoli, M.C.  
 1986 “Sobre ‘Classes Populares’ no Pensamento Sociológico Brasileiro”. In Ruth Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Saffioti, H.  
 1969 *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo, Quatro Artes.
- 1981 *Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher*. São Paulo, Hucitec.

- Salerno, M.  
 1985 “Produção, Trabalho e Participação: CCq e Kamban numa Nova Imigração Japonesa”. In M.T. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.  
 1994 “Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro”. In H. Hirata (org.), *Sobre o “Modelo” Japonês*, São Paulo, Edusp.
- Sandoval, S.  
 1994 *Os Trabalhadores Param. Greves e Mudança Social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo, Ática.
- Sansone, L.  
 1994 “Cor e Trabalho entre os Negro-Mestiços de Classe Baixa em Diferentes Gerações” *Análise & Dados — O Negro*, vol. 3, n.4, Salvador.
- Segnini, L.  
 1988 *A Liturgia do Poder*. São Paulo, Educ/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Segre, L. e Tavares, S.  
 1991 “Crise, Reestruturação Industrial e Formas de Modernização Microeletrônica da Produção no Setor Metal-Mecânico no Rio de Janeiro: Ação Sindical e Resposta dos Trabalhadores”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência, São Paulo, Iglu/Ides/Labor*.
- Silva, E.  
 1991 *Refazendo a Fábrica Fordista*. São Paulo, Hucitec.
- Silva, P.  
 1993 *Os Negros à Luz dos Fornos*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- Silva, R.  
 1985 “Comissões de Fábrica e Autonomia dos Trabalhadores”. In M. Fleury e R. Fischer (orgs.), *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas.  
 1990 As Negociações Coletivas no Brasil e o Sistema de Relações de Trabalho. Comunicação apresentada ao XIV Encontro Anual da Anpocs. Publicado in Abramo e Cuevas (orgs.), *El Sindicalismo Latinoamericano en los 90*, Santiago de Chile, ISCOS/CISL/CLACSO, vol. II, 1992.  
 1991 “Computadores, Digitação e Caixas: A Automação Bancária em Questão”. In M. Leite e R. Silva (orgs.), *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, São Paulo, Iglu/Ides/Labor.  
 1992 “Representatividade e Renovação no Sindicalismo Brasileiro”. *Cadernos do CESIT*, n.10, Unicamp, julho.
- Silva, R. e Leite, M.  
 1987 “Constituinte — Qual é o Lugar dos Sindicatos?”. *Lua Nova*, n. 4, vol. 3, abril-junho.
- Simão, A.  
 1966 *O Sindicato e o Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus.
- Sorj, B.  
 1983 “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”. *BIB — Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.15.  
 1985 Desenvolvimento e Crise de uma Política de Gestão da Força de Trabalho: Um Estudo de Caso. Comunicação apresentada ao IX Encontro Anual da Anpocs.

- Spindel, C.  
 1980 A Mulher na Indústria do Vestuário. Comunicação apresentada ao IV Encontro Anual da Anpocs.  
 1987a A Formação de um Novo Proletariado: As Operárias do Distrito Industrial de Mauaus. São Paulo, Idesp, Relatório de Pesquisa.  
 1987b "A Mulher Frente à Crise Econômica dos Anos 80 (Reflexões com Base em Estatísticas Oficiais)". *Estudos Idesp*, n.18, São Paulo, Idesp.
- Telles, J.  
 1962 *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Telles, V.  
 1992 *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um Estudo sobre Trabalho e Família na Grande São Paulo*. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Valle, R.  
 1991 "Automação e Racionalidade Técnica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, Ano 6, São Paulo, Anpocs. Vargas, N.  
 1979 *Organização do Trabalho e Capital: Um Estudo da Construção Habitacional*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia, UFRJ.
- Vianna, L.W.  
 1978 "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 3.  
 1984 "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.17.
- Weffort, F.  
 1972 "Participação e Conflito Industrial". *Cadernos Cebrap*, n. 6, São Paulo, Cebrap.  
 1978 "Os Sindicatos na Política (Brasil: 1955-1964)". *Ensaio Opinião*, ns. 2-5.  
 1979 "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea*, ns.1 e 2 (Partes 1 e 2) e *Revista de Cultura Política*, n. 1 (Parte 3).